



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. A democratização das relações políticas e sociais no Brasil, em seu auge nos anos 1980, mostrava a universalização dos direitos dos cidadãos e a descentralização do Estado nas diversas áreas sociais, como a Educação, por exemplo. Um orientador pedagógico interessa-se pelo resgate histórico da Educação e considera que há um importante enfoque a ser destacado nesse panorama, abordando os conceitos de autonomia, democracia, municipalização e descentralização. Sobre este assunto, assinale a alternativa correta.
  - (A) A municipalização, sinônimo de regionalização, está centralizada nos encargos e serviços desenvolvidos pela Prefeitura sem a corresponsabilização de entidades da sociedade civil.
  - (B) O processo de descentralização pressupõe a participação democrática, mas não se associa à autonomia por parte da coletividade.
  - (C) A descentralização relaciona-se às discussões sobre as ações governamentais e/ou sobre as ações participativas da sociedade civil.
  - (D) O deslocamento do poder do Estado para a sociedade civil ainda não é realidade no Brasil em nenhuma esfera social.
  
2. Uma orientadora pedagógica procurou esclarecer aos professores, de modo mais minucioso, de que se trata o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), implementado em 2007, e que vigorará até 2020. Muitos professores expuseram suas dúvidas e afirmaram confundir FUNDEB e FUNDEF. Sobre o FUNDEB, assinale a alternativa correta.
  - (A) O FUNDEB é composto, em sua totalidade, por recursos provenientes do Estado.
  - (B) O FUNDEB destina 30% da aplicação dos recursos para fins de pagamento de profissionais do magistério.
  - (C) Não há repasse do FUNDEB para as escolas públicas municipalizadas.
  - (D) Os recursos do FUNDEB destinam-se à manutenção da educação básica pública, independentemente da modalidade de ensino, duração, idade dos alunos, turno de atendimento ou localização da escola.
  
3. Uma profissional ingressou este ano na Educação como docente. Embora tenha aprendido muito no Ensino Superior sobre prática pedagógica, na atuação cotidiana os desafios são maiores, uma vez que as exigências feitas aos professores de antigamente são bastante diferenciadas daquelas feitas aos professores de hoje. Sob esta perspectiva, assinale a alternativa que **não** corresponde a uma característica do processo de ensino nos dias atuais.
  - (A) O ensinar e o aprender são indissociáveis e complementares.
  - (B) A Educação Básica é compulsória a todos.
  - (C) A lógica é expressa por critérios externos.
  - (D) Lógica da ambivalência e da complexidade.
  
4. Desde 2011, quando o Plano Nacional de Educação (PNE) entrou em vigor, a equipe gestora de uma escola pública começou a desenvolver um programa de educação continuada junto aos professores para que estes compreendessem melhor as dez diretrizes objetivas e as vinte metas estipuladas para concretizarem-se até 2020. Sobre este assunto, é correto afirmar que

- (A) entre as estratégias previstas no PNE, há aquelas que contemplam as minorias, como alunos com deficiência, indígenas, quilombolas, estudantes do campo e alunos em regime de liberdade assistida.
- (B) a correção de fluxo e o combate em relação à defasagem idade-série estão previstos para a nova versão do PNE após 2020, uma vez que essa meta, embora seja essencial, é difícil de ser alcançada durante os anos que se seguem, já que envolve todo o território brasileiro.
- (C) entre outras metas, o documento determina a ampliação progressiva do investimento em Educação, passando a atingir o mínimo de 10% do PIB brasileiro destinado à Educação, com revisão após 2020, buscando alcançar investimento de 15% do PIB.
- (D) o PNE tem metas estabelecidas apenas para o Ensino Fundamental até 2020. Após essa data, há discussões de incluir outras modalidades de ensino no projeto de lei.
5. A equipe gestora de uma escola pública, em todo início de ano letivo, retoma com o grupo o projeto pedagógico definido pela rede e incorporado pela escola. Neste sentido, faz parte do projeto pedagógico das escolas
- (A) a expectativa das competências, habilidades e conhecimentos que os alunos da rede e da escola já tenham atingido para alcançar o próximo nível de escolaridade.
- (B) diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais como referenciais norteadores das instituições de ensino.
- (C) a forma como a estrutura curricular será operacionalizada, distribuição de carga horária, critérios de organização das turmas, entre outros.
- (D) projetos interdisciplinares que serão desenvolvidos na escola em um período plurianual.
6. Uma professora acaba de ingressar na rede pública municipal. A coordenadora e a orientadora pedagógica reuniram-se com ela para explicar-lhe algumas diretrizes curriculares que devem ser consideradas no desenvolvimento do trabalho em sala de aula. Por meio desta conversa, a professora ficou ciente de que o conceito de currículo envolve outros três. Desta forma, assinale a alternativa que apresenta corretamente estes três conceitos.
- (A) Currículo informal/ currículo formal/ currículo padrão.
- (B) Currículo formal/ currículo em ação/ currículo oculto.
- (C) Currículo neutro/ currículo ideológico/ currículo aplicado.
- (D) Currículo comum/ currículo diversificado/ currículo aplicado.
7. Uma orientadora pedagógica, ao passar perto da sala de aula de uma das professoras da escola, ouviu a seguinte observação da docente: “Se vocês não fizerem silêncio, darei uma prova.”. Considerando as concepções atuais de avaliação no processo de ensino-aprendizagem, assinale a alternativa que apresenta a intervenção correta a ser feita pela a orientadora pedagógica junto à professora.
- (A) A orientadora pedagógica dirá à professora que ameaçar os alunos não é uma prática condizente com o que se espera da atuação dos professores. Entretanto, como ela afirmou que daria uma prova e os alunos não fizeram silêncio, deve aplicá-la ainda que não estejam preparados para isso naquele momento.
- (B) A orientadora pedagógica entrará na sala de aula e dirá aos alunos que devem fazer silêncio, uma vez que a professora é autoridade e deve ser respeitada. Caso não façam silêncio, reforçará que a professora aplicará uma prova com questões difíceis, já que eles parecem dominar todos os assuntos, pois não querem voltar a atenção ao que a docente diz.

- (C) A orientadora pedagógica dirá à professora que provas e demais instrumentos avaliativos não devem ser utilizados para fins de controle disciplinar, uma vez que são importantes objetos de análise e revisão de práticas pedagógicas e estão associados às aprendizagens reais dos alunos, em que eles têm a possibilidade de refletir sobre aquilo que, de fato, assimilaram a partir das aulas.
- (D) Não há intervenção a ser feita. O trabalho realizado pela professora em sala de aula é de total responsabilidade dela. Além disso, qualquer intervenção pode causar constrangimento aos alunos ou à professora e não auxiliará na condução adequada das atividades pedagógicas.
8. Uma determinada escola da rede pública de ensino, a partir da Escala de Desempenho de Língua Portuguesa do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), atingiu o nível 3 de desempenho dos alunos em leitura, sendo que são 9 os níveis associados a esse índice e as provas avaliam o sistema de ensino, e não os alunos. A equipe gestora verificou quais competências estavam relacionadas ao nível atingido e interveio de modo que os professores se atentassem aos conteúdos que precisavam ser melhor desenvolvidos. Sobre o SAEB é possível afirmar que
- (A) é composto por duas avaliações complementares: a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), realizadas a cada dois anos; a primeira envolve alunos matriculados no 5º e no 9º anos do Ensino Fundamental, e no 3º ano do Ensino Médio. A segunda, a ANRESC, envolve apenas o Ensino Fundamental (5º e 9º anos).
- (B) avalia a qualidade da Educação da rede pública do País, não sendo atrelado às escolas privadas.
- (C) não inclui as escolas realizadas na área rural devido à longa distância e também não envolve o Ensino Médio.
- (D) envolve apenas a área de Língua Portuguesa e está relacionado às escolas que possuem ao menos 200 alunos matriculados em cada uma das séries avaliadas.
9. Uma professora de Ensino Fundamental trabalhou por 15 anos em uma escola pública que realizava a avaliação na concepção tradicional de ensino-aprendizagem. Recentemente, ela ingressou em uma escola que valoriza a avaliação mediadora. A educadora conhece as distinções das duas formas de avaliar na teoria, mas ainda precisa aprimorar seu trabalho nessa nova perspectiva. Sobre a avaliação tradicional e a avaliação mediadora, é correto afirmar que
- (A) a avaliação mediadora está a serviço da seleção e da classificação, e a avaliação tradicional também, o que leva a crer que nesse aspecto as duas formas de avaliar são semelhantes.
- (B) a avaliação mediadora tem caráter prognóstico, e a tradicional está atrelada ao acompanhamento permanente dos alunos.
- (C) a avaliação mediadora é dialógica, enquanto a avaliação tradicional traz consigo a visão unilateral.
- (D) a avaliação tradicional promove a mobilização e a inquietação dos alunos, efeito que também pode ser obtido na avaliação mediadora.
10. Na escola onde uma orientadora pedagógica atua, a maioria dos professores limita-se a transmitir informações, como se fosse o único detentor do conhecimento, e a corrigir atividades dos alunos. Por meio de conversas com o grupo de professores, a orientadora já mencionou que avaliar é mais do que realizar uma atividade burocrática ou mecânica, é acompanhar o processo de desenvolvimento dos alunos nas diversas áreas de aprendizagem. Sob esta perspectiva, para avaliar bem, é preciso partir da
- (A) avaliação com precisão e de maneira adequada os alunos; é aplicar provas (testes e dissertativas), realizadas ora em duplas, ora individualmente.
- (B) conscientização do aluno de que só se realiza uma boa avaliação com estudo.

- (C) simplificação do conteúdo no momento avaliativo, para que todos tenham oportunidades semelhantes de mostrarem o que sabem.
- (D) recusa da prática de constatação de erros e acertos dos alunos.
11. Uma diretora de escola na rede pública de ensino e, em sua prática, considera fundamental a dimensão ética da Educação. Neste sentido, a função da escola é realizar o desenvolvimento sistemático da cultura, em dimensões variadas, como a política e a técnica, mediadas pela ética. Sobre esta dimensão ética, assinale a alternativa correta.
- (A) A ética não busca o fundamento do valor que norteia o comportamento humano.
- (B) A criança possui moral autônoma, ou seja, procura o sentido intrínseco das regras.
- (C) A tendência moralista da Educação evidencia e impõe valores aos alunos, como uma espécie de doutrinação.
- (D) A tendência filosófica está relacionada à imposição do pensamento ético.
12. Uma professora trabalha com o 4º ano do ensino fundamental em uma escola em que há outras 4 turmas e prefere planejar e desenvolver suas aulas de forma individual. Isso faz com que seu planejamento seja bastante diferente das demais professoras do mesmo ano/ ciclo. Este ano, resolveu não seguir o currículo convencional e, ao final do trimestre, a orientadora pedagógica notou que os alunos dela estavam muito aquém dos conhecimentos dos alunos das outras salas de 4º ano. Desta forma, assinale a alternativa que apresenta o motivo pelo qual não é adequado desenvolver qualquer conteúdo em sala de aula, sem seguir parâmetros comuns.
- (A) Todos os professores do mesmo ano/ ciclo devem seguir os mesmos conteúdos na mesma semana, a fim de que os alunos não destoem tanto, mesmo que as turmas tragam consigo diferentes saberes.
- (B) Existem parâmetros a serem seguidos, que são determinados pela orientadora pedagógica, levando em conta as características da comunidade escolar.
- (C) É preciso partir dos conhecimentos prévios dos alunos e avançar conforme tenham maturidade para tal. O acompanhamento curricular deve estar atrelado ao desenvolvimento da turma, independentemente de qualquer parâmetro.
- (D) Existem conteúdos mínimos a serem seguidos em cada área do conhecimento, indispensáveis ao exercício da cidadania plena.
13. Nas reuniões pedagógicas com os professores, a orientadora tem percebido que muitos deles estão avaliando os alunos apenas por meio de provas realizadas ao final dos trimestres escolares. Pensando na qualidade escolar, no desenvolvimento de aprendizagens essenciais e na autonomia dos alunos, a orientadora propôs uma avaliação mais abrangente, que contemplasse outros instrumentos e objetivos. Assinale a alternativa que apresenta uma avaliação mais apropriada.
- (A) Avaliação continuada, recuperação paralela e possibilidade de maior interação entre os alunos com dificuldades de aprendizagem.
- (B) Procedimentos pedagógicos específicos, registros de provas de forma mais sistemática, reforço escolar regular e organização de tarefas suplementares realizadas em duplas por aluno com dificuldade em conjunto com aluno sem dificuldade de aprendizagem.
- (C) Diferentes formas de registro e de acompanhamento das aprendizagens, atividades comuns e diversificadas aos alunos, serviços de apoio aos educandos com dificuldades, diferentes organizações de ambientes e disponibilização de materiais.
- (D) Tarefas suplementares combinadas às provas de verificação de assimilação dos conteúdos.

14. Uma orientadora pedagógica na rede pública. Em reunião de início de ano com os professores de uma escola para reestruturação curricular, explicitou aos presentes que o currículo deve basear-se em alguns aspectos importantes, considerando a perspectiva construtivista. Desta forma, assinale a alternativa que apresenta todos os aspectos a serem ponderados na realização do projeto curricular.
- (A) Saber trabalhar em equipe, levar em conta as múltiplas possibilidades, pesquisar para interpretar indícios, considerar os limites de tempo, espaço e conteúdos a serem ensinados e valorizar o ensino pelo projeto curricular.
  - (B) Conteúdos atitudinais, procedimentais e conceituais, quantidade de alunos em cada ano/ ciclo e quantidade de professores polivalentes.
  - (C) Os pilares da Educação, o tempo, o espaço e os conteúdos envolvidos em cada ano/ ciclo.
  - (D) As aprendizagens imprescindíveis em cada final de ciclo e a disponibilidade formativa dos professores polivalentes e dos auxiliares em Educação.
15. Em uma escola pública, o currículo está sendo revisto de modo a atender a diversidade de alunos matriculados desde o ano anterior. Há crianças com deficiências inseridas nas turmas regulares, alunos que ficaram afastados da escola por mais de um ano, alunos que vieram de outros estados brasileiros, crianças cujos pais não são alfabetizados e não têm condições de ajudá-los nas tarefas de casa, entre outros. Considerando esta situação, assinale a alternativa que apresenta as características imprescindíveis para um adequado currículo.
- (A) Currículo multicultural que atenda a cada um, de modo particular, para que as pessoas compartilhem seus próprios saberes das diversas áreas do conhecimento.
  - (B) Currículo democrático que vise à humanização de todos e favoreça o contato com instrumentos, materiais e conhecimentos que não estejam acessíveis às pessoas.
  - (C) Currículo tradicionalmente instituído e que possa ser generalizado em diversas realidades brasileiras.
  - (D) Currículo que transmita noções de conhecimentos que serão utilizados futuramente na localidade em que o aluno vive.
16. Para conhecer mais acerca do currículo ao longo da história, a orientadora pedagógica de uma escola fez pesquisas a fim de aprender um pouco mais sobre o assunto e transmiti-lo aos professores, com a coordenadora pedagógica, durante uma reunião. Assim, sobre as transformações históricas do currículo no Brasil e no mundo, é correto afirmar que,
- (A) no Egito, na Suméria e na Grécia, os currículos iniciais tinham como eixos centrais os saberes transmitidos ao longo das gerações, principalmente aqueles relacionados à história dos povos.
  - (B) na Grécia antiga, a música existia apenas para apreciação, não existia como componente curricular nas escolas.
  - (C) na Roma antiga, havia os escravos, de um lado, que não frequentavam as escolas e, de outro, os “aprendizes”, de classes mais abastadas e que eram conhecidos como pedagogos.
  - (D) antigamente, os três primeiros anos de escolaridade eram reservados somente para aprender a ler e, posteriormente, continuavam nas escolas apenas as classes mais favorecidas para aprender a escrever.

17. Em uma escola alguns professores comentavam sobre o cotidiano escolar quando um deles afirmou que o currículo, os conteúdos, o ordenamento e sequenciação, as hierarquias e cargas horárias estruturam toda a rotina escolar e definem as relações entre educadores e educandos. Alguns professores comentaram a colocação do docente. Desta forma, assinale a alternativa que apresenta a definição correta de currículo de acordo com a conversa dos professores.
- (A) O currículo é um registro apropriado para demonstrar que objetivos e conteúdos serão desenvolvidos ao longo do ano letivo, mas que na prática tem pouca utilidade.
  - (B) A lógica estruturante do currículo não determina, em tese, quais são os saberes privilegiados nas escolas.
  - (C) A organização curricular não condiciona a organização da escola e o trabalho docente.
  - (D) As categorias docentes mais ou menos prestigiadas estão relacionadas ao prestígio dado pelos currículos aos conhecimentos ensinados por pelos professores.
18. Uma docente leciona para uma turma de 2.º ano do Ensino Fundamental em uma escola pública. Ela tem uma série de responsabilidades a cumprir, entre elas garantir a efetiva aprendizagem dos alunos. Neste contexto, o aluno inserido na sociedade de aprendizagem, sob a perspectiva de uma visão ampla de Educação, deve ser capaz de
- (A) avaliar que o conhecimento advindo da escola supera todos os outros por tratar-se de uma instituição que tem o monopólio do saber.
  - (B) contribuir com o sistema educacional vigente na sociedade.
  - (C) notar que o conhecimento é uma capacidade inata do ser humano, que independe da compreensão.
  - (D) contribuir para a contínua reflexão do professor de rever sua prática cotidiana.
19. Ao ler um texto teórico da área pedagógica para estudo complementar, o um professor deparou-se com duas palavras desconhecidas: multiculturalidade e interculturalidade. Este léxico estava inserido em uma obra que tratava de questões curriculares. Deste modo, assinale a alternativa que apresenta a definição correta associada a uma destas palavras, de acordo com a temática apresentada.
- (A) Tanto a interculturalidade quanto a multiculturalidade visam ao direcionamento da questão curricular a apenas um grupo social.
  - (B) A interculturalidade respalda-se no direito à diversidade e à luta contra todas as formas de discriminação e desigualdade social.
  - (C) Ambos os conceitos estão intimamente relacionados a uma concepção tradicional e antiquada de Educação.
  - (D) A multiculturalidade expressa que cada indivíduo é único e deve assemelhar-se aos demais para conviver harmonicamente.
20. Um orientadora pedagógica de uma escola sempre trabalha em parceria com a coordenadora. Ao verificarem o planejamento dos professores e acompanharem o desenvolvimento das aulas, as duas profissionais têm ciência de que é imprescindível respeitar alguns princípios para haver uma boa situação de aprendizagem. Assim, é preciso ter clareza quanto aos objetivos didáticos e aos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula. Sobre este assunto, é correto afirmar que
- (A) o conteúdo das aulas deve manter suas características de objeto sociocultural real, sem se transformar em objeto escolar vazio de significado social.

- (B) nem sempre é preciso apresentar os conteúdos escolares partindo daquilo que os alunos sabem. Às vezes, eles não sabem nada sobre determinado assunto e isso é muito claro ao professor.
- (C) ao realizarem as atividades, nem sempre é preciso que os alunos coloquem em jogo tudo o que sabem.
- (D) os conteúdos e os objetivos didáticos não precisam, necessariamente, estar relacionados.
21. Uma escola está desenvolvendo um projeto interdisciplinar com os alunos do 5.º ano do Ensino Fundamental, proposto pela Orientadora Pedagógica, relacionado à dependência física e ao consumo de drogas. Os professores conversaram com os alunos e esclareceram a ele que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), vender, fornecer, ministrar ou entregar produtos às crianças ou aos adolescentes que causem dependência física ou psíquica é crime e pode levar à
- (A) detenção de 2 a 4 anos, e multa, caso o fato não constitua crime mais grave.
- (B) prisão de até 10 anos, a depender da gravidade da infração.
- (C) multa equivalente à gravidade da infração e detenção, em alguns casos.
- (D) pena correspondente à multa, equivalente nos dias atuais a R\$56,80, e detenção de 5 anos.
22. Uma professora trabalha com uma turma de alfabetização e sempre utiliza em suas aulas a cartilha, como material didático, e atividades que envolvam as famílias silábicas e a produção de frases. Na lição da letra “Z”, muitos alunos na sala conversavam entre si sobre o fato de que não sabiam o que significava a palavra “zabumba”, mas nenhum deles questionou a professora. A partir desta situação, e considerando as concepções atuais de alfabetização e letramento, é correto afirmar que
- (A) ao ingressarem na escola, os alunos já têm um nível de letramento. O que eles não sabem é a tecnologia da escrita e da leitura convencionais. A professora, nesta situação, certamente não considera este fato em suas aulas, nem favorece a reflexão acerca do sistema alfabético de escrita.
- (B) a cartilha é o melhor material didático para ensinar a ler e a escrever, pois tem tradição e perdura até hoje. O único erro na situação exposta é os alunos não fazerem questionamentos à professora sobre as palavras que não conhecem.
- (C) aprender cada letra inicial separadamente, na ordem alfabética, é o melhor caminho para que os alunos compreendam as palavras e a sequência existente no sistema alfabético de escrita.
- (D) letramento e alfabetização são sinônimos, porém “letramento” é uma terminologia mais atual. Ao alfabetizar os alunos, a professora está automaticamente inserindo-os no universo letrado.
23. Uma garota de 9 anos era aluna em uma escola pública localizada na região Centro-Oeste do Brasil. Ela foi com a família para o interior de São Paulo e ficou 10 meses sem estudar, pois os pais dela não a matricularam em nenhuma escola. Além disso, a menina ajuda os pais na agricultura familiar, plantando, colhendo e comercializando hortifrutigranjeiros por cerca de 10 horas diárias, retornando exausta para casa, sem tempo para brincar. De acordo com a Constituição Federal do Brasil, assinale a alternativa que apresenta os direitos feridos neste caso.
- (A) Direito à convivência familiar e à educação, que devem ser garantidos pela família.
- (B) Direito à educação, garantido pela família, pelo Estado e pela sociedade.
- (C) Direito ao lazer, à educação. Além disso, a criança é exposta à exploração e à negligência.
- (D) Direito à saúde, ao lazer e à alimentação. A criança, neste caso, embora tenha direito à profissionalização, é explorada por trabalhar dez horas diárias.



24. A mãe de uma aluna resolveu tirar a menina da escola, pois não acredita na Educação e acha que pode ensinar em casa tudo o que a garota precisa saber para a vida. Em conversa com o orientador pedagógico da instituição, mudou de opinião. Ele explicou à mãe quais são as finalidades principais da Educação Básica, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A este respeito, assinale a alternativa que apresenta a(s) finalidade(s) da Educação Básica.
- (A) Garantir uma Educação de qualidade, valorizando a inserção das crianças e dos adolescentes na sociedade.
  - (B) Propiciar a atuação político-social e fortalecer vínculos familiares e sociais.
  - (C) Contribuir para a conscientização de seus direitos e deveres e para a autonomia nas diferentes esferas sociais.
  - (D) Desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.
25. Dois alunos de uma escola apresentam situações semelhantes. Ambos faltaram muito no decorrer do ano letivo e a família deles não justificou as ausências, embora tenha havido tentativas de contato da escola com as famílias. Um dos alunos faltou em 25% das aulas; o outro tem ausência de 30%. Apesar das faltas, os dois garotos são bons alunos. Desta forma, assinale a alternativa que apresenta o que poderá ocorrer neste caso.
- (A) Provavelmente, ambos os alunos serão retidos.
  - (B) O aluno que teve 25% de ausência será aprovado. O aluno que faltou em 30% das aulas será aprovado se a escola oferecer a ele a possibilidade de compensação de ausências e este participar satisfatoriamente.
  - (C) Nenhum dos alunos será retido.
  - (D) Provavelmente, o aluno que teve 30% de faltas será retido.
26. Um aluno em uma escola pública estuda no período da manhã e por diversas vezes já dormiu em sala de aula. Em conversa da orientadora pedagógica com a família do aluno, a profissional ficou ciente de que o aluno trabalha em uma lanchonete para ajudar os pais com as despesas domésticas, já que ambos são autônomos e não têm renda fixa. O aluno tem doze anos, está no 5.º ano do Ensino Fundamental e já teve duas retenções – uma no 2.º ano e uma no 5.º ano. Desta forma, o garoto não deveria trabalhar porque, de acordo com o ECA, é proibido qualquer trabalho a menores de
- (A) treze anos de idade, ainda que na condição de aprendiz.
  - (B) dezessete anos de idade.
  - (C) dezesseis anos de idade, ainda que na condição de aprendiz.
  - (D) quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.
27. Em uma determinada escola pública, a equipe gestora sempre retoma as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica para instituir o currículo, repensá-lo e readaptá-lo, se for o caso. De acordo com a legislação vigente que trata sobre a parte comum e a parte diversificada que devem integrar a organização curricular, é correto afirmar que
- (A) a base nacional comum e a parte diversificada são blocos distintos, com disciplinas específicas para cada uma das partes.
  - (B) o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna não constitui a parte diversificada do currículo.

- (C) Língua Portuguesa, Matemática, conhecimentos do mundo físico, natural, da realidade social e política, especialmente do Brasil, incluindo o estudo da História e das culturas Afro-Brasileira e Indígena, Arte, Educação Física e Ensino Religioso constituem a base nacional comum.
- (D) não há a obrigatoriedade de incluir programas e projetos interdisciplinares na escola, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.
28. Uma escola municipal da cidade de Campinas acaba de receber o repasse de recursos da Secretaria Municipal de Educação para a manutenção e desenvolvimento do ensino. A diretora notou que outra escola municipal situada em um bairro distinto recebeu um montante diferente daquele que sua unidade escolar obteve. Desta forma, assinale a alternativa que apresenta os critérios estabelecidos para o repasse de verbas escolares, de acordo com a legislação municipal educacional.
- (A) Quantidade de alunos, de turmas e de profissionais destinados à Educação naquela unidade escolar.
- (B) A região de localização da unidade educacional, com base em estudos socioeconômicos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; a modalidade de unidade educacional: CIMEI, CEMEI, EMEI e EMEF; número de períodos de funcionamento das unidades educacionais ou de seus agrupamentos.
- (C) Necessidade da comunidade escolar (dados fornecidos em relatórios enviados periodicamente à Secretaria) e quantidade de alunos.
- (D) Proporcionalidade dos recursos já repassados em anos anteriores e listagem das prioridades a serem realizadas nas escolas.
29. Ao receberem o repasse dos recursos da Secretaria Municipal de Educação, as equipes gestoras de cada unidade escolar começaram a discutir com o grupo de professores e funcionários a aplicabilidade dos recursos. No momento em que faziam a listagem, alguns itens geraram dúvida quanto à possibilidade de compra/ reparos. Para isso, os profissionais das escolas consultaram a Lei nº 11.689/03 do município de Campinas e perceberam que um item **não** pode ser adquirido com a verba recebida. Assinale a alternativa apresenta este item.
- (A) Contratação de serviços de manutenção de equipamentos necessários ao funcionamento da unidade educacional.
- (B) Aquisição de materiais e contratação de serviços necessários à implementação de projeto pedagógico e desenvolvimento de atividades educacionais.
- (C) Serviços necessários ao funcionamento da unidade educacional como fotocópias, serviço de correios, serviço de chaveiro, exceto aqueles centralizados na administração da Secretaria Municipal de Educação.
- (D) Pagamento de transporte, alimentação e hospedagem de participantes em cursos, congressos e seminários aprovados pelo conselho de escola e inseridos no projeto pedagógico da unidade educacional.
30. Em 1992, o diretor de uma escola pública municipal de Campinas foi exonerado do cargo e outro profissional assumiu o posto. O novo diretor não tinha experiência no cargo e conhecia pouco sobre o Conselho de Escola. Então, para compreender melhor sobre o assunto, leu a Lei Municipal nº 6.662/91 e descobriu que uma das atribuições do Conselho de Escola é
- (A) dispor de inteira autonomia para lidar com qualquer impedimento legal ou dificuldade específica relacionada ao ambiente escolar.
- (B) deliberar sobre as diretrizes a serem seguidas e metas a serem alcançadas pela unidade educacional.

- (C) discutir e dar parecer sobre todos os problemas existentes na escola, exceto aqueles que envolvam o projeto pedagógico da instituição.
- (D) elaborar o projeto pedagógico da escola, já que o acompanhamento pontual do desenvolvimento dos alunos é um trabalho que compete estritamente aos coordenadores e orientadores pedagógicos.
31. As aulas nas escolas públicas da cidade de Campinas, no período letivo de 2012, iniciaram-se em 6 de fevereiro. Considerando que os Conselheiros, que compõem o Conselho de Escola, devem ser eleitos entre seus pares, anualmente, e de acordo com o disposto sobre o assunto na Lei Municipal nº 6.662/91, a única data possível para esta eleição seria
- (A) 7 de março.
- (B) 4 de abril.
- (C) 11 de maio.
- (D) 15 de maio.
32. A mãe de uma aluna é bastante atuante na escola em que sua filha estuda. Procura saber de tudo o que ocorre na escola, sugere em que aplicar a verba recebida, acompanha as parcerias estabelecidas com os governos Federal e Estadual e com empresas particulares e, mais do que isso, lê as leis municipais para compreender melhor a realidade educacional. Esta mãe leu recentemente que antes havia uma determinada quantia de pais que compunha o Conselho das Escolas Municipais e, a partir de alteração legal, o número de pais participantes foi modificado. Assinale a alternativa que aponta a quantidade correta de pais participantes do Conselho das Escolas Municipais, em 1992, e após a modificação da Lei realizada em 2004, respectivamente.
- (A) 7 (sete) e 8 (oito).
- (B) 8 (oito) e 12 (doze).
- (C) 2 (dois) e 3 (três).
- (D) 4 (quatro) e 10 (dez).
33. Houve, em 1995, em Campinas, a criação e a aprovação, pela Câmara, do Conselho Municipal de Educação. A orientadora pedagógica de uma escola pública teve interesse em saber qual a composição, as atribuições e funcionamento desse Conselho. Ela pesquisou no *site* da Prefeitura Municipal de Campinas e notou que são órgãos do Conselho
- (A) Plenário, Consultoria Técnica e Órgãos Auxiliares.
- (B) Presidência e Comissões.
- (C) Secretaria Estadual de Educação e Governo Federal.
- (D) Plenário, Presidência, Comissões e Órgãos Auxiliares.
34. Uma profissional atuará na rede municipal de ensino como orientadora pedagógica e sabe que, de acordo com o Estatuto do Magistério Público, há algumas distinções entre as modalidades de ensino. Cada escola municipal de Campinas conta um diretor, pode contar com vice-diretor e com a assessoria de um orientador pedagógico. A este respeito, é correto afirmar que o orientador pedagógico que atuar
- (A) na Educação Infantil e na Educação Especial poderá atender até três Unidades Educacionais.
- (B) no 1º grau assessorará uma Unidade Educacional ou duas Unidades Educacionais, neste caso com limite total máximo de 30 classes.

- (C) na Educação Infantil poderá assessorar apenas uma escola, com no máximo 20 turmas.
- (D) na Educação de jovens e adultos deverá aguardar dois anos para alterar sua escola-sede, sendo proibido a ele atuar na Educação Especial, por não ter formação específica.

## **LÍNGUA PORTUGUESA**

Leia o texto abaixo, transcrito com pequenas alterações para esta avaliação, para responder às questões de 35 a 39. Trata-se de um ofício que pode ser encontrado no site oficial do MEC.

Ministério da Educação

Secretaria Executiva

Subsecretaria de Assuntos Administrativos

Coordenação Geral de Gestão de Pessoas

Ofício nº 665/2009-MEC/SE/SAA

Brasília, 28 de abril de 2009

Aos Dirigentes de Recursos Humanos das IFE vinculadas ao Ministério da Educação

Assunto: Enquadramento no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, de servidores oriundos de IFE redistribuídos para a Advocacia Geral da União.

Cumprindo as determinações constantes do art. nº 329, § 1º, da Lei nº 11.907, de 02 de fevereiro de 2009, as Instituições Federais de Ensino que tiveram servidores redistribuídos para a Advocacia Geral da União deverão proceder ao enquadramento dos mesmos no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

O enquadramento dos servidores será promovido em cada IFE pela Comissão instituída nos termos do art. 19 da Lei nº 11.091/2005, que deverá ser reconstituída com essa finalidade específica.

O prazo máximo para o enquadramento será de 90 (noventa) dias contados da data de publicação da Lei nº 11.097/2009, ou seja, até o dia 02.05.2009, mediante posicionamento na Matriz Hierárquica e no nível de capacitação correspondente às certificações que os servidores possuem.

Para tanto, caberá à AGU encaminhar à Instituição de origem do servidor:

1 – certidão que comprove o tempo de serviço público federal do servidor;

2 – certificado(s) ou diploma(s) de educação formal em nível superior ao exigido para ingresso no cargo de que o servidor é titular, para fins de concessão do Incentivo à Qualificação;

3 – certificados de cursos de capacitação, para efeito de enquadramento no nível de capacitação correspondente;

4 – especificação do ambiente organizacional de atuação do servidor, de acordo com o Anexo II do Decreto nº 5.824, de 29 de junho de 2006.

De posse desses dados, as Comissões promoverão o enquadramento dos servidores, considerando os parâmetros estabelecidos na Lei nº 11.091/2005, conforme aplicados originalmente para os demais servidores da IFE.

Uma vez publicado o ato de enquadramento, caberá à Advocacia Geral da União efetuar os ajustes sistêmicos necessários à sua implementação no sistema SIAPE.

Atenciosamente,

Joaquim Maria Machado de Assis

Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas/MEC

35. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.

- (A) No fragmento: “de servidores **oriundos de** IFE redistribuídos para a Advocacia Geral da União.”, retirado do trecho referente ao “Assunto”, a expressão destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “lotados em”.
- (B) No primeiro parágrafo, no trecho: “Cumprindo as determinações **constantes** do art. nº 329”, o vocábulo destacado pode ser substituído, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “contínuas”.
- (C) O trecho “as Instituições Federais de Ensino que tiveram servidores redistribuídos para a Advocacia Geral da União”, do primeiro parágrafo, permite inferir que nem todas as IFE tiveram servidores redistribuídos para a AGU.
- (D) No trecho: “deverão **proceder ao** enquadramento dos mesmos”, do primeiro parágrafo, a expressão destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo de sentido, por “provir de”.

36. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.

- (A) No primeiro parágrafo do texto, no trecho: “deverão proceder ao enquadramento **dos mesmos** no Plano de Carreira”, a expressão destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo de sentido, por “destes”.
- (B) A última oração do primeiro parágrafo, “de que trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.”, pode ser reescrita da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: “de que se trata a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.”.

- (C) A primeira oração do segundo parágrafo do texto, “O enquadramento dos servidores será promovido em cada IFE”, pode ser reescrita da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico: “Se promoverá o enquadramento dos servidores em cada IFE”.
- (D) Na primeira oração do segundo parágrafo do texto, “O enquadramento dos servidores será promovido em cada IFE pela Comissão **instituída nos termos do art. 19**”, o autor deveria ter utilizado uma vírgula antes do trecho destacado.
37. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) Na última oração do segundo parágrafo: “que deverá ser reconstituída com **essa finalidade específica**.”, o trecho destacado refere-se ao enquadramento das IFE no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.
- (B) A recorrência do substantivo “enquadramento” nos três primeiros parágrafos permite afirmar que a repetição é recurso fundamental de coesão textual, com a finalidade de garantir a clareza do texto.
- (C) No trecho: “mediante posicionamento na Matriz Hierárquica e **no** nível de capacitação”, do terceiro parágrafo, o termo destacado pode ser substituído, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “o”.
- (D) No trecho: “no nível de capacitação correspondente às certificações que os servidores **possuam**.”, do final do terceiro parágrafo, a forma verbal destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “possuem”.
38. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) No quarto parágrafo, no período: “**caberá** à AGU encaminhar à Instituição de origem do servidor”, a forma verbal destacada é transitiva direta e indireta.
- (B) No quarto parágrafo, no período: “caberá à AGU encaminhar à Instituição de origem do servidor”, as duas ocorrências do acento grave são facultativas.
- (C) No quarto parágrafo, no período: “caberá à AGU **encaminhar** à Instituição”, os complementos diretos da forma verbal destacada são os termos enumerados de 1 a 4 no texto.
- (D) No item 2, a expressão “em nível superior ao exigido” pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico por “a nível de ensino superior exigido”.
39. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) Ao final dos itens de 1 a 3, as ocorrências do ponto e vírgula poderiam ser substituídas, sem que ocorresse erro gramatical, alteração de sentido ou prejuízo à coesão e à coerência do texto, por pontos finais, desde que fossem feitos os devidos ajustes nas letras minúsculas dos vocábulos que iniciam cada um dos itens.
- (B) O trecho “para fins de concessão do Incentivo à Qualificação”, retirado do item 2, pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical, alteração de sentido ou prejuízo à coesão e à coerência do texto, da seguinte maneira: “para concessão do Incentivo à Qualificação”.
- (C) No trecho: “**Uma vez publicado o ato de enquadramento**, caberá à Advocacia Geral da União efetuar os ajustes sistêmicos”, do último parágrafo, o termo destacado tem valor causal, e pode ser substituído, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “Uma vez que foi publicado o ato de enquadramento”.

(D) No trecho: “caberá à Advocacia Geral da União efetuar os ajustes sistêmicos necessários à sua implementação no sistema SIAPE.”, do último parágrafo, é proibida a supressão do acento grave no termo destacado, devido à regência nominal e ao uso do artigo definido em expressão que contém pronome possessivo.

Leia o texto abaixo para responder às questões de 40 a 44.

### Os desmandos do ensino apostilado

Em 2005 e 2006, circularam notícias dando conta de que a última onda no ensino fundamental público, mormente o paulista (129 dos 645 municípios já aderiram), é a terceirização pedagógica, por meio da aquisição de “kits de ensino” oferecidos pelos sistemas privados. O pacote é composto por apostilas para alunos, treinamento para os professores e, sobretudo, promessa de maior controle dos resultados para os gestores.

Não se trata aqui de subscrever, mais uma vez, o atestado de impotência dos profissionais da educação pública ante o apelo implacável da privatização educacional (agora desde o interior das salas de aula), mas de moderar o afã em torno da prática do apostilamento.

Idealizado como corretivo tanto para a malemolência docente quanto para a dispersão discente, o ensino apostilado propõe-se a disciplinar e normatizar os usos e costumes de sala de aula, imprimindo-lhes um ritmo cadenciado, aligeirado, fabril, de modo que não reste tempo hábil para o vago e moroso trabalho do pensamento, este cativo da interrogação (às vezes, da refração), jamais da reiteração compulsória.

A título de maximização dos percursos programáticos, a logística do ensino apostilado é a do estresse calculado, via compactação e compartimentalização dos informes conteudistas, cuja difusão se dá a toque de caixa, geralmente na forma de resumos, esquemas, sínteses. Envoltos pela aura clássica da memorização/reprodução, professores e alunos arremedam as informações enciclopédicas dispostas nas apostilas, embaralhando-se numa sucessão de ecos sem fim e sem propósito.

Nada mais avesso aos ditames pedagógicos contemporâneos, segundo os quais as relações com o saber, se significativas, deveriam portar um caráter edificante, jamais imitativo. Em outros termos, perplexidade e conflito mais do que esclarecimento e harmonização. Para tanto, ensinar poucas coisas para ensiná-las bem – eis o que até o mais ralo bom senso sabe de antemão. Por que, então, insistir no oposto?

Quanto à profissionalidade docente, o resultado é um só: a supressão da independência intelectual, das diferenças de estilo, da liberdade de ação. Seus, agora, executores enfileiram-se de acordo com um modelo homogêneo de conduta que deveria ser acatado sem pestanejar, sob pena de provarem o fardo do desvio e, no limite, do expurgo. Anuência imposta, os professores veem seu vigor e seu entusiasmo serem subtraídos ao máximo – sobretudo aqueles em início de carreira, portadores das feições ideais para a empreitada, estas já carcomidas entre os que têm mais tempo de estrada e são menos porosos às antigas novidades que o ensino apostilado decreta.

Hesitações discentes abafadas, dissonâncias docentes caladas, a autonomia de ambos eclipsada: eis o saldo ético-político do ensino apostilado, um dos símbolos magnos dos tempos neoconservadores que rondam as práticas pedagógicas anuais.

AQUINO, Julio Groppa. “Os desmandos do ensino apostilado”. In: **Instantâneos da escola contemporânea**. Campinas: Papirus, 2007.

40. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) O trecho “circularam notícias dando conta de que a última onda no ensino fundamental público, mormente o paulista”, do primeiro parágrafo, pode ser reescrito da seguinte maneira, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido: “circulou notícias dando conta de que a última onda no ensino fundamental público, principalmente o paulista”.
  - (B) A expressão “terceirização pedagógica”, do primeiro parágrafo, abre uma cadeia de sentido de importância fundamental no texto – também expressa nos termos “privatização educacional”, do segundo parágrafo; “ritmo cadenciado, aligeirado, fabril”, do terceiro; “a toque de caixa”, do quarto; “esclarecimento e harmonização”, do quinto; “executores” e “empreitada”, do sexto; e “saldo”, do último.
  - (C) Segundo o ponto de vista defendido no texto, a preeminência do ensino apostilado sobre outros métodos de terceirização pedagógica, no âmbito da rede pública, que se aproveitou das conquistas do ensino privado, foi conquistada devido à clareza com que as apostilas para os alunos e o treinamento para os professores permitiram que os gestores do ensino público aferissem e controlassem os resultados obtidos.
  - (D) No trecho: “**Não se trata aqui de** subscrever, mais uma vez, o atestado de impotência dos profissionais da educação pública **ante** o apelo implacável”, do segundo parágrafo, os termos destacados podem ser substituídos, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico, por “Não se deve aqui” e “frente a”.
41. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) No trecho: “Não se trata aqui de **subscrever**, mais uma vez, o atestado de impotência”, do segundo parágrafo, o vocábulo destacado pode ser substituído, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “enjeitar”.
  - (B) No trecho: “mas de moderar **o afã** em torno da prática do apostilamento.”, do segundo parágrafo, o trecho destacado pode ser substituído, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “a displicência”.
  - (C) No trecho: “o ensino apostilado propõe-se **a disciplinar e normatizar** os usos e costumes de sala de aula”, do terceiro parágrafo, o fragmento destacado pode ser reescrito, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “a disciplinar e a normatizar”.
  - (D) No fragmento: “imprimindo-**lhes** um ritmo cadenciado, aligeirado, fabril, de modo que não reste tempo hábil para o vago e moroso trabalho do pensamento”, do terceiro parágrafo, o pronome destacado refere-se aos termos antecedentes “a malemolência docente” e “dispersão discente”.
42. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.
- (A) No terceiro parágrafo, no trecho: “**de modo que** não reste tempo hábil para o vago e moroso trabalho do pensamento”, a expressão destacada pode ser substituída, sem que ocorra erro gramatical ou alteração de sentido, por “a fim de que”.
  - (B) Segundo o ponto de vista defendido ao longo do texto, o motivo pelo qual o material apostilado é eficiente, no que diz respeito ao controle dos resultados, é a substituição dos trabalhos de natureza vaga e morosa pela habilidade da reiteração.
  - (C) É possível a inferência de que as expressões “vago e moroso”, na perspectiva dos defensores do material apostilado, representam a ineficiência do sistema de ensino que prescinde da terceirização pedagógica, manifestada na expressão “kits de ensino” do sistema privado.



(D) Segundo o ponto de vista defendido no texto, a ineficiência do material apostilado está baseada em trabalho vago e moroso, que se perde em interrogações e refrações desnecessárias, desviando-se da reiteração compulsória.

43. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.

(A) No quarto parágrafo, no trecho: “**Envoltos** pela aura clássica da memorização/reprodução, professores e alunos **arremedam** as informações enciclopédicas dispostas nas apostilas”, os termos destacados podem ser substituídos, sem que ocorra erro gramatical ou prejuízo semântico, por “Cercados” e “imitam caricaturalmente”.

(B) Os termos “perplexidade e conflito” sumariam de forma concisa os “ditames pedagógicos contemporâneos”, do quinto parágrafo, também exemplificados pejorativamente, na perspectiva do autor do texto, aos termos “compactação e compartimentalização dos informes conteudistas”, do quarto, que se embaralham “numa sucessão de ecos sem fim e sem propósito”.

(C) Os termos “esclarecimento e harmonização” sumariam de forma concisa os “ditames pedagógicos contemporâneos”, do quinto parágrafo, também exemplificados pejorativamente, na perspectiva do autor do texto, à “supressão da independência intelectual, das diferenças de estilo, da liberdade de ação” do professor, explicada no sexto parágrafo.

(D) Segundo o ponto de vista defendido pelo autor do texto, “ensinar poucas coisas para ensiná-las bem”, expressão extraída do quinto parágrafo, é frase característica do senso comum, ralo, expresso nos chamados “ditames pedagógicos contemporâneos”, de caráter imitativo. A insistência no oposto desses ditames corresponde ao modelo de “compactação e compartimentalização dos informes conteudistas” (expressão do quarto parágrafo).

44. Levando em consideração o texto como um todo e as orientações da gramática normativa tradicional, assinale a alternativa correta.

(A) No penúltimo parágrafo, no trecho: “**Anuência imposta**, os professores veem seu vigor e seu entusiasmo serem subtraídos ao máximo”, o termo destacado tem valor causal e pode ser substituído, sem erro gramatical ou alteração de sentido, por “Desabono imposto”.

(B) Segundo as afirmações do penúltimo parágrafo, é possível afirmar que os professores que “têm mais tempo de estrada” são mais afeitos ao ensino apostilado e aos ditames pedagógicos contemporâneos.

(C) É possível a inferência de que, para professores que fogem à “supressão da independência intelectual, das diferenças de estilo, da liberdade de ação” (expressão do penúltimo parágrafo), ocasionada pelos materiais apostilados, uma consequência possível é a demissão.

(D) Os termos “antigas novidades”, retirado do penúltimo parágrafo e “neoconservadores”, retirado do último parágrafo, contêm antítese que pode ser considerada a síntese do ponto de vista do autor a respeito do material apostilado: ele encerra em si as máximas da interrogação e da refração, portadoras de caráter edificante.

## CONHECIMENTOS GERAIS

Leia o trecho abaixo para responder à questão 45.

Nascer é penetrar na condição humana. Entrar em uma história, a história singular de um sujeito, inscrita na história maior da espécie humana. Entrar em um conjunto de relações e interações com outros homens. Entrar em um mundo onde ocupa um lugar (inclusive, social) e onde será necessário exercer uma atividade.

Bernard Charlot. Adaptado.

45. Nascer significa ver-se submetido à obrigação de aprender para

- (A) desabrochar, tornar-se plenamente um sujeito. Mas não é possível falar de desabrochamento sem levar em consideração a realidade econômica, social e política. Ninguém desabrocha no abstrato, pois o desabrochamento pressupõe condições concretas e sociais de realização. A escola e o trabalho pedagógico por ela desenvolvido só podem ser compreendidos quando relacionados ao sistema das relações entre as classes. A escola não é uma instância neutra que transmite uma forma de conhecimento intrinsecamente superior e que avalia os alunos a partir de critérios universalistas, mas, ao contrário, é uma instituição a serviço da reprodução e legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes.
- (B) construir a consciência individual. A construção do ser social, feita em boa parte pela educação, é a assimilação pelo indivíduo de uma série de normas e princípios, sejam morais, religiosos, éticos ou de comportamento, que balizam a conduta do indivíduo em um grupo. O homem, mais do que formador da sociedade, é um produto dela.
- (C) formar consciência individual. Em cada indivíduo há dois seres inseparáveis, porém distintos. Um deles é individual. Tal porção do sujeito, o jovem bruto, é formada pelos estados mentais de cada pessoa. O desenvolvimento dessa metade do homem é a principal função da educação. Principalmente por meio da psicologia, entendida então como a ciência do indivíduo, os professores tentam construir nos estudantes os valores e a moral. O outro lado do indivíduo é algo formado por um sistema de ideias que exprimem, dentro das pessoas, a sociedade de que fazem parte. A educação é uma socialização da jovem geração pela geração adulta.
- (D) se constituir em um triplo processo: de hominização – tornar-se homem –; de singularização – tornar-se um exemplar único de homem –; de socialização – tornar-se membro de uma comunidade, partilhando seus valores e ocupando um lugar nela. Nascer, aprender, é entrar em um conjunto de relações e processos que constituem um sistema de sentido, no qual se questiona “quem sou, quem é o mundo, quem são os outros”. Diante disto, na escola, é necessário ensinar com significado para mobilizar os alunos.

Leia o trecho abaixo para responder à questão 46.

A educação para a humanização é, para todos nós que estamos trabalhando no campo da Educação Emancipatória, o princípio ético, a determinação política, a utopia estética e o horizonte institucional. Nesta direção, a humanização da educação e da escola é, ao mesmo tempo, processo e produto, nascido e conquistado num projeto de mútua determinação e radicais lutas de professores transformadores. Enquanto processo é ação diária, nas escolas, nas aulas, nas reuniões, no trabalho pedagógico, para fazer valer os princípios da igualdade, da convivência fraterna, da reciprocidade, da solidariedade ativa, para a promoção de um mundo mais justo e humano. Enquanto produto é o espaço novo da educação do homem ativo, que aprendeu a viver junto com seus semelhantes, na empreitada da formação e da produção social, da cultura à economia.

Cesar Nunes.

46. No campo da Filosofia e da Antropologia Filosófica, hominização e humanização significam, respectivamente,
- (A) a produção da condição humana, o fazer-se homem, seja como processo cultural e grupal, seja como sujeito e subjetividade/ desenvolvimento cultural da espécie e a ação do homem a partir de sua natureza e identidade, sobre a natureza, a sociedade, a civilização, o mundo externo; a humanização da educação e da escola passa pela construção de uma nova cultura, baseada em parâmetros éticos e estéticos emancipatórios. Educar para pensar e sentir.
  - (B) elevar à altura do homem (uma doutrina), tornar-se mais humano, mais sociável, civilizar-se/ um conjunto complexo que proporcionou a evolução dos primatas ao homem. Educar, hoje, é transmitir os valores construídos pela sociedade humana.
  - (C) tornar-se sensível e caridoso; compadecer-se/ o processo pelo qual os antropoides se tornaram homens; a fim de estudar o processo explicativo de tudo o que faz do homem um animal específico, toma-se como ponto de partida o nascimento da humanidade ou a origem da cultura. Educar é inserir o homem na cultura humana.
  - (D) enfatizar a ética e o relacionamento interpessoal; reconhecer o ser humano como foco principal e riqueza de uma sociedade/ a passagem de animal para homem; é necessária a ressignificação da prática pedagógica e dos conhecimentos elaborados e reelaborados na escola, uma vez que a ponte do investimento educacional é o pleno desenvolvimento humano, como determina a legislação.
47. Um supervisor de educação, atuando em um órgão regional da Secretaria Municipal de Educação, o qual estabelece que compete à supervisão orientar, acompanhar e analisar o processo de constituição anual do Conselho de Escola, ao analisar o anexo do Projeto Educacional que descreve a composição da Conselho de Escola, deparou-se com a seguinte descrição:

---

*Conselho de Escola da Escola Municipal Brasil*

---

Presidente: Diretor de Escola – membro nato

Trabalhadores da educação: 10 (dez).

Pais: 5 (cinco).

Alunos: 3 (três).

Total: 19 (dezenove), incluído o membro nato.

---

Diante da composição apresentada, o supervisor educacional, com base na Lei Orgânica do Município de Campinas de 30/03/1990, deve elaborar um parecer

- (A) pela homologação, sendo que a homologação é de competência do Dirigente Regional, por atender à legislação. A Lei determina que os Conselhos de escola sejam compostos por alunos, pais, trabalhadores da educação, sendo que os últimos sempre serão maioria, e que a presidência deste órgão colegiado é exercida pela Direção da Escola, como membro nato e com direito de voto de desempate.
- (B) que devolve o documento para a escola, solicitando a reelaboração do processo eletivo, em um prazo determinado, atendendo ao que determina a legislação. Os Conselhos de Escola serão compostos de forma paritária por alunos, pais e trabalhadores em Educação, que elegerão a presidência.
- (C) que homologa o documento, pois atende à legislação. Os Conselhos de Escola serão compostos por alunos, pais e trabalhadores em Educação, tendo como membro nato a gestão da unidade. Os segmentos que compõem o Conselho têm proporções desiguais em função da idade das crianças e da falta de competência técnica de alguns pais.

- (D) que devolve o documento para a escola, solicitando que reelabore o processo eletivo, em um prazo determinado, atendendo ao que determina a legislação. Os Conselhos de Escola serão compostos de forma paritária por pais e trabalhadores em Educação, sendo que a presidência é exercida pela direção da escola, um membro nato.
48. Durante uma reunião, um supervisor educacional e um professor da rede municipal da cidade de Campinas conversavam sobre todos os propósitos do Sistema Municipal de Ensino, estabelecidos pela Lei nº 12.501/06. Desta forma, certamente os dois profissionais debateram sobre uma destas finalidades, que é
- (A) oferecer educação infantil, garantindo acesso e permanência gratuitos nas Unidades Educacionais de Educação Infantil às crianças de 3 meses até 7 anos, tendo como objetivo garantir os serviços de proteção à população mais vulnerável à exclusão social, suprindo a ação da família e da comunidade.
  - (B) garantir padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.
  - (C) assegurar formação, produção e a pesquisa científica que possibilite o direito à aprendizagem, exclusivamente, a todos os educandos que completarem 7 anos.
  - (D) garantir a participação de docentes e discentes na formulação de políticas e diretrizes para a educação do município, e dos pais e demais segmentos ligados às questões da educação municipal apenas na gestão e controle social dos recursos financeiros e materiais do ensino público e privado, repassados pelo Poder Público.
49. Em fevereiro de 2012, representantes dos movimentos sociais do campo reuniram-se em audiência com o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, para apresentação da última versão do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). O encontro foi uma iniciativa do gabinete e assessoria do ministro e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e da diretoria de Políticas para Educação no Campo e Diversidade (DPECAD). Na ocasião, Aloizio Mercadante informou que ele e a Presidente Dilma pretendem fazer o lançamento do PRONACAMPO no mês de março. O ponto de partida deste evento é a percepção de que existe no Brasil, em processo de construção, um movimento nacional em torno da questão da Educação do Campo. Tal ato e política reconhecem
- (A) a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença.
  - (B) a visão urbanocêntrica, de raízes fincadas na ideologia desenvolvimentista de caráter urbano-industrial, como necessariamente hegemônica.
  - (C) o direito à igualdade e ao igualitarismo sem distinção do tipo campo-cidade e da produção da existência. A educação escolar é em si um processo universal e se não for desenvolvido do mesmo modo em todos os lugares e para todos, provoca desigualdade.
  - (D) a visão urbanocêntrica excludente do campo como a que embasa as políticas educacionais brasileiras.
50. Carreira é o percurso que um profissional percorre durante sua trajetória. Em Campinas, ela é definida pela Lei Municipal nº 12.987/07, que dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e vencimentos do Magistério Público Municipal. Os professores que ocupam um cargo e fazem parte de um grupo (conjunto de cargos com atribuições semelhantes) dentro do quadro do Magistério Público podem evoluir dentro da sua carreira por meio da progressão vertical e da progressão horizontal. Os professores podem passar de um grau para outro mediante avaliação de desempenho, que tem a finalidade de aprimoramento dos métodos de gestão, valorização do servidor, melhoria da qualidade e eficiência do serviço público e para fins de Evolução Funcional. É consensual a consideração de que o desempenho profissional dos

professores, como o de outros profissionais, deve ser sujeito a avaliações sistemáticas capazes de diagnosticar o estágio em que se encontram e, ao mesmo tempo, disponibilizar informação para orientar processos de desenvolvimento. Diante disso e do dispositivo legal, a avaliação de desempenho

- (A) é um ato momentâneo, que não envolve um processo de observação, descrição, análise, acompanhamento da atuação do funcionário e a interpretação de sua atividade profissional na tomada de decisões relativas ao servidor, de ordem formativa, administrativa, salarial, ou outras. Trata-se de uma avaliação quantitativa, classificatória. É um instrumento do planejamento público.
- (B) permite afirmar que não há progressão automática entre professores. Como a sua aplicação enfrenta momentos difíceis, conflituosos e turbulentos, há a prevalência da opinião da gestão imediata, gerando uma diferenciação extremamente imobilizadora entre os professores. Independente das ações e da vontade do avaliador, o processo se transforma em um exercício de ansiedade, conflituosidade e em um campo de disputa técnica centrada na discussão sobre os meios, os instrumentos e sobre quem deve construí-los.
- (C) é uma política governamental que visa a maximizar o desempenho do servidor. É uma medida que afirma que o professor vale o que desempenha. No caso específico do professor na escola, tal como determina a legislação, a avaliação permite que ele descreva, interprete e reflita sobre a sua prática. Ou seja, trata-se de uma avaliação formativa no sentido pleno, capaz de sugerir planos de ação individual e/ou coletivo, susceptíveis de levar cada professor, no quadro do seu contexto de trabalho, ao máximo desempenho possível, e isso é sinônimo de melhoria contínua das aprendizagens dos alunos.
- (D) deve ser uma atividade de reflexão-ação sobre a distância entre o desejado e o executado, que, se bem conduzida, pode ser benéfica para ao avaliado, o avaliador e a instituição. Para tal, é necessária a participação dos servidores na definição dos objetivos, das metas da instituição, dos planos de trabalho e de ação. Não se resume no momento da avaliação em si, envolve observação, registro, análise, interpretação e acompanhamento da atuação do servidor. Não é aceitável que a avaliação de desempenho seja feita sem acautelar questões éticas basilares.